

Arquitectura Social
Três olhares críticos

Luís Santiago Baptista

Joaquim Moreno

Fredy Massad e Alicia Guerrero Yeste

“Aprendizagem Revolucionária” Uma Pedagogia da Arquitectura Social

Joaquim Moreno

O processo SAAL (Serviço de Apoio Ambulatória Local), que se seguiu à revolução de Abril de 1974, foi talvez o mais intenso momento recente do que se poderia chamar uma arquitectura social em Portugal. Para muitos dos protagonistas, ainda estudantes, desta *excepção irracional do sistema*¹, este foi também um processo de aprendizagem radical. No caso específico da Escola de Belas-Artes do Porto (Segunda Secção: Arquitectura), ao tempo envolta num processo pedagógico “experimental” e mais ou menos paralisada pela contestação estudantil, este processo foi simultaneamente uma extensão e uma alternativa à escola. Extensão, porque foi uma oportunidade surgida do contacto e comunhão com as populações da zona, e alternativa, porque se substanciou num momento emancipador, de aprendizagem e autonomização disciplinar. O produto histórico desta cooperação conflituosa, ainda que fruste de um ponto de vista material – ou até mesmo cruel na iníqua repartição do magro espólio de um processo violentamente interrompido –, é, do ponto de vista disciplinar da arquitectura, uma forja de uma certa maneira de pensar e actuar a arquitectura. É a radicalidade pedagógica engendrada por este momento de compromisso social e urbano da arquitectura, no caso particular de um projecto, que aqui se analisa. Álvaro Siza resumia bem a radicalidade do compromisso forjado neste momento histórico numa breve reflexão sobre o ensino da arquitectura: *A Arquitectura significa compromisso transformado em expressão radical, isto é, capacidade de absorver o oposto e ultrapassar a contradição. Aprender isso exige um ensino à procura do outro dentro de cada um*².

Liberdade e compromisso, portanto, à boa maneira do revolucionário *Contrato Social* de Rousseau que Emil Kaufmann utilizava em epígrafe no capítulo sobre a autonomia em arquitectura: *Uma forma [...] pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedeça, contudo, a si mesmo e permaneça tão livre quanto antes. Este é o problema fundamental cuja solução é fornecida pelo contrato social*³. A autonomia

moral e cívica era a fundação da política e da sociedade e, por extensão, a fundação de uma nova arquitectura para uma nova sociedade amarrada por novos laços interiores. Ainda que apressada, esta genealogia do Moderno, filho da Revolução Francesa (burguesa) antes que da Revolução Industrial, era em 1933, um importante contributo para uma politização da Arquitectura Moderna. Autonomear-se, determinar-se, eram condições essenciais de qualquer interacção social e política. Uma arquitectura que fosse apenas o reflexo ou sintoma de um qualquer poder ou processo histórico não poderia ser política, era apenas um produto da política, não um actor, não tinha, por assim dizer, voto. Em Kaufmann, esta autonomia, directamente relacionada com o jogo magnífico das formas puras sob a luz⁴ na frase encantatória de Le Corbusier, define-se contra uma lógica de representação barroca. A relação desta autonomia com o esvaziamento da forma da “objetividade” mais racionalista, da racionalização da produção da arquitectura de algumas vanguardas é mais complexa. A sobre-determinação de algum racionalismo arquitectónico, que recusava questões de forma e se ocupava apenas de problemas de construção⁵, resultava numa heteronomia da forma, numa forma produto, não numa forma pura. Quando a crítica dos anos 60 ao funcionalismo moderno retoma a questão da autonomia, a sua relação com a racionalidade está já transformada. O que move a arquitectura racional de Aldo Rossi e dos ditos neo-racionalistas é a construção lógica da forma⁶. A forma como construção e permanência, e a cidade como construção, como manufacto e como arquitectura. E é à escala da cidade que a arquitectura, para Aldo Rossi, se autonomiza e que pode, outra vez, politizar-se, ter uma política em vez de ser o seu produto. A cidade, a tipologia, a autonomia, a produção, o racionalismo, a revolução, o novo e a sua impossibilidade, a política e o compromisso são pontos notáveis de uma paisagem que é preciso observar a partir de um duplo enquadramento. Observada na radicalidade da micro-escala do SAAL e mais propriamente do processo de São Victor, e contra o fundo das profundas contradições teóricas em que se forja este processo pedagógico transformador.

A Escola de Arquitectura atravessava um período complexo do seu processo pedagógico, quase completamente tomado pelo processo

político mais vasto. A descrição mais disseminada do impasse que então se vivia era uma vontade de envolvimento simultaneamente imersivo e analítico na realidade: uma recusa do desenho, que era um refúgio numa análise tanto mais intensa e científica quanto mais indefinidamente protelava uma qualquer síntese transformadora. Não era possível projectar sem conhecer, dizia-se, esquivando o imperativo de acção transformadora de Karl Marx que Hans Richter tinha colocado à esquerda das teses de trabalho de Mies van der Rohe publicadas nos seus Materiais para a Criação Elementar de Forma: *a arte não deve explicar a vida mas transformá-la*⁷. Paradoxalmente, todo este trabalho de explicar a vida, no caso de São Victor, é a ponte entre a instituição escola e a realidade urbana que a rodeia. A própria escola, na escolha de programas e locais para os seus exercícios, fomentava um trabalho de proximidade, projectando pequenos equipamentos sociais para a vizinhança da escola nos seus cursos de projecto. A este movimento de politização do olhar sobre a cidade e o que ela escondia por detrás das suas frentes de rua – no caso do Porto as ilhas –, corresponde uma organização de base das populações para combater o processo municipal de erradicação das ilhas. Este processo consistia no desmembramento das comunidades e no realojamento em bairros de torres periféricos. Atomizar as comunidades simplificava a vigilância política e a aplicação punitiva do tristemente famoso regulamento municipal que proibia quase tudo. A dura realidade física e social que rodeava a Escola, pouco distante dos casos de hiperdensidade da Ribeira-Barredo – talvez a mais alta de Europa, em que se alugavam degraus ao dia para dormir –, organizava-se para proteger o seu último património: o habitat; a inclusão na cidade consolidada e a proximidade a trabalho e serviços. A atenção da Escola à realidade que a cercava, ainda que produzindo impasses, produziu um património de conhecimento mútuo, de confiança e de pertença a um contexto que naturalmente se organizava para lutar contra a sua desterritorialização. A descrição que Nuno Portas faz do SAAL tem muito em comum com esta situação: *“O princípio básico do SAAL era a organização prévia da demanda: a primeira tarefa dos grupos SAAL era permitir que os residentes articulassem as suas necessidades, que tomassem a liderança na procura de soluções e que aplicassem a pressão*

política necessária para executar os seus programas.”⁸ O processo SAAL tinha na sua base uma exigência funcional: a organização política de base, a constituição de uma comissão de moradores que governava o processo e à qual era atribuída uma brigada de apoio, o dito Apoio Ambulatório Local. A capacidade de articular a urgência de resposta e a legitimidade política de base era de facto a grande especificidade do SAAL, o seu contributo para as políticas urbanas, nas palavras de Manuel Castells, ao tempo conselheiro do SAAL e profundo conhecedor dos movimentos sociais urbanos:

“Através da articulação de políticas públicas e organização à escala do bairro, Nuno Portas evitou a contradição aparente entre eficácia e democracia. A mobilização urbana foi usada como um recurso produtivo. A política pública tinha a intenção de estimular a organização política de base. É precisamente esta combinação que apresenta a perspectiva mais promissora para as novas políticas urbanas num período histórico de escassez estrutural. Neste sentido, seremos todos Portugueses por muitos anos. [...] Deveríamos desenvolver uma nova e ofensiva política pública, baseada na inteligência mais que no gasto público, confiando mais na participação e na autogestão que no Estado providência? Se esta é a direcção certa, então a experiência do SAAL, em vez de ser vista apenas como a tentativa deliberada de lidar com uma emergência urbana, poderia ser uma fonte de inspiração e uma demonstração experimental de um modelo flexível de planeamento urbano que pode muito bem ser a única alternativa factível à contracção planeada dos neoconservadores.”⁹

No caso particular da área de São Victor, os longos inquéritos de que Eduardo Souto de Moura ou Adalberto Dias se recordam: os núcleos, tantos habitantes por casa, um quarto de banho para tantas famílias... colocaram os estudantes numa posição privilegiada para começar o processo. Para alguns estudantes abria-se uma dupla oportunidade: a participação política activa, apoiando os moradores, e também a possibilidade de uma prática profissional, a possibilidade de projectar e construir. Paradoxalmente, esta era uma oportunidade imperdível para uma prática profissional para a qual não se sentiam preparados. É neste sentido que o SAAL se pode pensar, conflituo-

samente, como uma extensão e uma alternativa à aprendizagem da Escola. Adalberto Dias e Eduardo Souto de Moura, estudantes do 4.º ano directamente envolvidos no processo, melhor dizendo, para quem este processo foi o 4.º ano da Escola, coincidem no imperativo de aproveitar a oportunidade e no que descrevem como o bom senso de entender que a Escola não os tinha preparado para a tarefa. O processo da Escola colocou-os diante de uma oportunidade, colaborar no processo SAAL de São Victor, que transcendia a aprendizagem que tinham tido. Os impasses da escola permitiam a prática possível em alguns escritórios. Esta sobreposição facilitou a resolução deste défice de preparação, envolvendo quem achavam ser o mais adequado para desenhar as casas: Siza Vieira. Esta foi, para Siza, uma oportunidade nova de trabalhar no centro da cidade, embora, segundo ele, fosse considerado um arquitecto demasiado burguês para fazer habitação social em diálogo com os moradores. Mas Siza recorda o SAAL como uma experiência de debate, diálogo, encontro, confronto, todos os ingredientes de um diálogo muito vivo, muito intenso. Quando Siza afirma, reflectindo sobre o ensino da arquitectura, que, *“na sociedade em que vivemos, é impensável projecto sem diálogo, sem conflito e encontro, sem dúvida e convicção, alternadamente, em conquista da simultaneidade e da liberdade”*¹⁰ está certamente a falar do seu próprio processo de aprendizagem, das marcas que o SAAL deixou e que merecem ser prolongadas, das quais podemos aprender.

A amplitude de posições dentro do SAAL era extrema, entre a chamada recusa do desenho, uma reticência a projectar fundamentada na falta de maturação da expressão popular, que implicava que o projecto derivava mais desta vontade popular formulada do que era um seu catalisador e, no outro extremo, o desejo e a esperança de uma arquitectura revolucionária, uma arquitectura radicalmente nova que decorreria naturalmente de uma revolução política e social. Extremando e simplificando, num limite esperava-se uma arquitectura feita pelo “povo”, da qual o saber técnico da arquitectura seria apenas um facilitador, e, do outro, uma arquitectura para o “povo”, quase como oferta de umas vestes dignas da nova sociedade que emergia da festa revolucionária. Uma terceira formulação capaz de produzir alguma exterioridade a este espectro: *com o povo*, aparecia

necessariamente nas margens. A estruturação dialógica e conflituosa das várias autonomias dos diferentes agentes tinha mais cinzentos e contradições mais intensas. Os contornos destas margens rapidamente se sobrepuseram, e a festa da participação parece ter ensinado que trabalhar neste limiar significa trabalhar do lado confinante com a disciplina e a prática da arquitectura.

Como se poderia então caracterizar esta marginalização, ou como, pelo menos neste caso específico, o processo de projecto se marginaliza, toma alguma exterioridade que evite os impasses descritos anteriormente? Em primeiro lugar, distanciando-se dos horizontes que pareciam guiar o caminho deste processo, tanto o horizonte dos modelos de intervenção dos inventores políticos do processo, como o horizonte das expectativas daqueles a quem se dirigia. O primeiro horizonte de que este processo se afasta é o da autoconstrução; a construção assistida com solo urbanizável e capital de semente para despoletar o processo de alguns dos modelos de intervenção da América Latina que informavam o decreto-lei de Nuno Portas. A recusa desta estratégia é dupla, pelo que implicava de tempo e espaço, e pelo pressuposto político de desigualdade social que assumia o *slogan* mais ou menos demagógico: se os ricos não fazem as suas casas, os pobres também não. Neste caso específico, nem o solo urbanizável estava disponível, nem os moradores tinham, mais que a capacidade técnica, o tempo para construir. E a lenta dispersão do processo de autoconstrução, no seu respeito pelo tempo de cada unidade familiar, é incompatível com a urgência do processo, tanto na urgência programática de atender à crise da habitação, como na urgência de tornar efectivo um processo que se imaginava com uma vida breve. No caso de São Victor, a autoconstrução não tinha nem lugar nem oportunidade, nem se adaptava à estrutura da comunidade. O outro horizonte do qual tomar distância eram as expectativas dos moradores, que demagogicamente se sintetizavam em modelos de classe média: se os ricos vivem em blocos de apartamentos, nós também queremos blocos de apartamentos. Este outro horizonte, esta outra linha imaginária, pressupunha um modelo de distribuição desigual da habitação que, a ser verdade, se corrigia sem projecto, sem desenho, através da redistribuição, coisa que as ocupações já

tentavam, solucionando o falso problema da questão da habitação, segundo Engels. Mas esta perspectiva era um horizonte, mais uma vez, uma linha imaginária, porque esquecia o défice de habitação. A crua coincidência da análise de Engels com a actual realidade europeia, dos 11 milhões de casas vazias, não corresponde ao problema tal como se punha em 1974. E as torres, ou os blocos, com galeria ou esquerdo/direito, ou os bairros de casinhas com jardimzinho já tinham sido os instrumentos repressivos da erradicação das ilhas. O horizonte da autoconstrução não cabia, os modelos de habitação de mercado deslocavam, mudavam de lugar, desenraizavam. Um processo, portanto, à margem das intenções programáticas de origem e à margem dos desejos dos destinatários, uma dupla marginalização, uma arquitectura, sem dúvida, nas margens¹¹. Numa paradoxal margem interior, no centro da cidade.

A distância destes horizontes e a correspondente concentração disciplinar tornam muito evidente a dificuldade do problema: não há casas, não há espaço, não há tempo, o material escasseia, a mão-de-obra é pouca, e o dinheiro também. Talvez a lição mais intensa deste processo, entendido como alternativa à escola, era a evidência de que pensar e solucionar este quebra-cabeças era uma problema de projecto, de plano e de arquitectura. Era preciso propor para entender, intervir para ver, era preciso que a análise fosse concomitante com a síntese, como dizia Alberto Carneiro. Ou, como dizia Souto de Moura, Siza descobria a linguagem da forma através dos problemas arquitectónicos.

Então, como começar de imediato e ter um plano? Como construir em diálogo em vez de manipular o diálogo? Como aprender construção e aprender a construir com os outros? Como articular o direito à habitação e à cidade? Como resolver a falta de espaço sem perder a solidariedade comunitária engendrada pelo pão incerto para todos? Como transformar o compromisso em expressão radical?

Enquanto se analisavam com detalhe o estado e capacidade de transformação das ilhas, era necessário começar a construir de imediato no terreno vago da Senhora das Dores expropriado para estacionamento. Era preciso lançar uma fundação que tomasse posse do terreno e que criasse uma bolsa de casas que permitisse a rotação e

o reparcelamento das casas de cu-tapado. Era quase preciso construir antes de projectar, e aqui a história enquanto matéria de projecto teve uma papel importante. A habitação social, que foi tão essencial para o projecto moderno, já tinha nos anos 70 uma longa história. Dentro dela, os modelos mais fáceis de transplantar para a escassez estrutural do Porto consolidado eram as experiências de J. J. P. Oud ou Bruno Taut. Estas referências não eram nem imediatamente transponíveis, nem tecnicamente mimetizáveis, nem revolucionárias e colectivizadas como as comunas soviéticas ou os Hof vienenses, nem nativas da cidade consolidada e nem sempre utilizadas para construir unidades de vizinhança. Mas eram certamente o produto de um saber acumulado disciplinar, o resultado de muita investigação, de muita gente, já faziam parte da inteligência da arquitectura. Eram materiais experimentais testados, componentes muito úteis de uma experiência de projecto muito urgente, mas também muito delicada, que, nas palavras da brigada, *“não admite que urgência dos problemas constitua um limite à qualidade e à poesia”*¹². Tinham acesso directo, podiam associar-se em banda, funcionar com dois pisos para não necessitar de grua ou demasiada engenharia, podiam emagrecer para um módulo de 3,40 de frente que se podia construir com a viga pré-esforçada que se carrega da drogaria, construía-se com o único material disponível, o bloco de betão, cabiam nos 90 contos por fogo, aguentavam a agregação em pátios mais ou menos colectivos e cabiam entre os muros arruinados que eram a dura memória do sítio. A construção nova, urgente, era o compromisso que tornava viável a extensão do projecto a toda a zona de São Victor, restaurando habitação existente, reemparcelando as casas das ilhas, associadas e acrescentadas, completando as frentes de rua, ligando as ilhas entre si e com o tecido viário exterior, fazendo a grande alquimia de tornar a ilha proletária um elemento-base do tecido urbano. O projecto era radical porque produzia um novo enraizamento, alterando as peças existentes, introduzindo algumas novas, afinando as relações, tentando produzir um lugar doméstico e um lugar urbano, detrás de uns muros antigos.

Esta experiência foi abruptamente interrompida, tal como muita gente antecipava, e dela restam alguma obra e muita ruína, muita

memória física da batalha entre construção e natureza. Mas para quem viveu este vórtice desde o seu interior, enquanto estudante, desenhando numa noite e visitando a obra na manhã seguinte, animando reuniões de moradores com *slides* da obra de Bruno Taut..., este foi um momento radical de aprendizagem, tanto da participação na sociedade como da participação na disciplina. O azar de estudar numa Escola paralisada foi uma sorte, uma oportunidade de sobrepor com violência, com realidade, a microescala da ilha, a festa e a desilusão revolucionárias e o horizonte cultural internacional em que cresciam as complexidades e as contradições. É fácil imaginar que tenha sido uma aprendizagem revolucionária, capaz de multiplicar os enquadramentos, de inventar novas perspectivas, uma nova relação com a cidade e a história. Uma ambição, outra vez, tão urgente como naquele tempo. Até porque o primeiro gesto de apagamento do legado de São Victor foi a demolição dos muros que continham a memória colectiva da zona, foi partir a moldura: literalmente, apagar o enquadramento.

Este texto foi construído em diálogo com alguns protagonistas dos eventos.

Notas

- 1 Brigitte David, "Le S.A.A.L. ou l'exception irrationnelle du système", in *L'Architecture d'Aujourd'hui*, n.º 185, 1976, pp. 60-77.
- 2 Álvaro Siza, "Sobre pedagogia", in *01 Textos*, Civilização Editora, Porto, 2009, pp. 167-169. Original in *Jornadas Pedagógicas*, FAUP, 1995.
- 3 Emil Kaufmann, *De Ledoux a Le Corbusier, Origen y desarrollo de la arquitectura autónoma*, Barcelona, Gustavo Gili, 1982, p. 69. Edição original, 1933.
- 4 Le Corbusier, *Vers une Architecture*, Paris, 1923.
- 5 Ver Mies van der Rohe, "Teses de trabalho", in *G 1 e 2*, 1923.
- 6 Ver Aldo Rossi, *Architettura Razionale*, Triennale di Milano, 1973.
- 7 Ver *G 1*, 1923.
- 8 Nuno Portas, in *The Scope of Social Architecture*, ed. Richard Hatch, Reinhold Company, Nova Iorque, 1984, p. 259.
- 9 Manuel Castells, comentário sobre o SAAL, in *The Scope of Social Architecture*, p. 284.
- 10 Álvaro Siza, "Sobre pedagogia", in *01 Textos*, Civilização Editora, Porto, 2009, pp. 167-169. Original in *Jornadas Pedagógicas*, FAUP, 1995.
- 11 Ver Rafael Moneo, "Arquitecturas en las márgenes", in *Arquitecturas Bis* 12, Março 1976, p. 2.
- 12 In *Lotus* 13, 1976, p. 87.

Coordenação Editorial
Dalila Rodrigues

Coordenação de Produção
Inês Maurício

Autores
Luís Santiago Baptista
Joaquim Moreno
Fredy Massad e Alicia Guerrero Yeste

Design Gráfico
Atelier Pedro Falcão
Proporção
[A5] – 14,8 × 21 cm
Tipo de letra
Grotisque MT

Revisão
António José Massano

CCB 2014

CCB [20/CCB]

GARAGEM
SULEXPOSIÇÕES
ARQUITECTURA